



Abadia acha justo

Abadia apóia a decisão de Sarney

Maria de Lourdes Abadia, candidata pelo PFL, elogiou a decisão do presidente José Sarney em não encaminhar à Assembleia Nacional Constituinte, que se instalará em 1987, o resultado do trabalho da Comissão presidida pelo jurista Afonso Arinos e que deveria servir de base para discussão do novo texto constitucional.

— A decisão do presidente Sarney é correta. A futura Assembleia, a ser eleita a 15 de novembro, é livre e soberana. Só a ela, depois de empossada, caberá discutir, formular e decidir seus juízos de ação. É correto, pois, o ato do Presidente da República. O documento que representa importante e substancial estudo e que contou com a participação de tão valiosas inteligências, pessoas de inegáveis méritos intelectuais e jurídicos, poderá servir, em vários pontos, no decorrer das discussões que se travarão no plenário e nas comissões especializadas da Assembleia, num importante ponto de apoio para os Senhores Constituintes. Seu encaminhamento, no entanto, à Assembleia Constituinte seria uma intervenção de Poder Executivo nos trabalhos de um outro Poder.

— A atitude do presidente José Sarney foi a mais justa e correta, o que não é de causar surpresa, pois, o Presidente da República tem pautado sua ação de governo, desde sua interinidade, pelo equilíbrio, acentuou Abadia.

— O projeto, embora represente, em alguns pontos, inovações dignas de apreço, como o reconhecimento das uniões estáveis como unidade familiar, bem como direitos iguais para os filhos havidos dentro ou fora do casamento, há pontos controversos. Por exemplo: é por demais estatizante quando dá ao Estado o direito de estabelecer normas para o planejamento da atividade econômica do País e amplia os dispositivos de intervenção do Estado ao prever “ação supletiva e reguladora do Estado, bem como a função social da empresa”.

— Outro ponto que provocaria discussões intermináveis, diz a candidata, seria a criação do “regime parlamentarista híbrido”. Tivemos, num passado ainda recente, a experiência de um regime parlamentarista híbrido, quando o Congresso, para evitar o caos, aprovou, de afogadilho, a emenda Raul Pilla (PL-RS). A implantação do parlamentarismo no País, naquela oportunidade, só não foi mais desastrosa, porque foi escolhido para Primeiro-Ministro o deputado Tancredo Neves. O Brasil Republicano sempre foi, tradicionalmente, presidencialista. Um sistema híbrido de governo, com um Presidente da República e um Primeiro-Ministro, ambos com poderes de mando, seria provável que se estabeleceria o caos na Administração. cremos que a futura Assembleia Constituinte, apesar da renovação de valores que representará, manterá o presidencialismo puro, embora venha, como espero, reforçar o poder dos Municípios, por uma melhor distribuição do sistema tributário brasileiro.

A candidata disse, ainda, que suas observações são fruto de uma primeira e rápida leitura do projeto apresentado pelo jurista Afonso Arinos ao presidente Sarney. No entanto, pela extensão do seu texto e pelas inovações ali contidas, o projeto merece, de todos os que são candidatos, leitura atenta e mais profunda, pois muita coisa boa poderá ser aproveitada nos trabalhos da futura Assembleia Constituinte.